

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.953 - MS
(2018/0164325-2)**

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **BERNADETE MARTINS GASPAR RANGEL**
ADVOGADOS : **GUSTAVO PASSARELLI DA SILVA - MS007602**
JULIANA MIRANDA RODRIGUES DA CUNHA PASSARELLI - MS009047
AGRAVADO : **PAULO ANTONIO SERRA DA CRUZ**
ADVOGADOS : **VALNETE DA SILVA COSTA - MS020955**
INGRID PEREIRA DA SILVA - MS021241
AGRAVADO : **LENAN IMOVEIS LTDA**
ADVOGADO : **EVANDRO MOMBRUM DE CARVALHO - MS004448**
AGRAVADO : **MARCUS VINNICIUS ALMEIDINHA MAIA**
ADVOGADO : **PAULO AUGUSTO MACHADO PEREIRA - MS008858**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO SOBRE A QUESTÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DE UM DOS RÉUS AFASTADA. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública.
2. A convicção a que chegou o acórdão acerca da ausência de responsabilidade do recorrido Paulo Antônio Serra da Cruz pelos fatos narrados na inicial decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz do enunciado 7 da Súmula desta Corte.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

